

| CARTILHA

**A ÁGUA É
TERRA ONDE
TUDO O QUE
SE PLANTA
NASCE**

Apresentação

As identidades da água

Esta obra, intitulada **“A Água é Terra Onde Tudo O que se Planta Nasce”**, surge em um momento crucial, em que a relação entre a humanidade e os recursos naturais, especialmente a água, demanda reflexões profundas e ações urgentes. A cartilha nos convida a repensar a água não apenas como um recurso, uma mercadoria, mas como um elemento vital e sagrado, indispensável à existência comunitária. Em tempos de secas impostas e rios adoecidos, precisamos reafirmar que a água não pertence a ninguém, porque pertence a todos. A água não pertence a ninguém, pois pertence à natureza, pertence a si própria. A água é um sujeito de direitos.

A água é originada do povo, e é somente através dela que o povo se origina da água-terra, em seus meios de reprodução social da vida comunitária. Sustentada por práticas ancestrais de conservação natural da água como entidade. A cartilha remonta que a água é o pilar transfluído que sustenta a infraestrutura do clima, enquanto o povo, fluído em suas práticas conservacionistas, é o outro pilar essencial, herdado dos saberes ancestrais de modo a garantir a perpetuidade da vida. Essas práticas, aliadas à Constituição Federal, visam garantir o acesso aos recursos naturais como bem comum, preservado para as gerações presentes e futuras.



Se podemos aprender algo com os povos indígenas, deveríamos aprender que a gente não cultiva a Terra, é a Terra, com suas grandes artérias hídricas, quem cultiva a gente. A terra é nossa mãe, e os rios são nossas mães-irmãs, ancestrais deitadas. A ideia de que a água deve ser preservada para as gerações futuras parte de uma visão utilitarista e antropocêntrica da natureza, que a reduz a um recurso a ser administrado para o benefício humano. Essa perspectiva ignora um princípio fundamental presente na cosmogonia indígena do povo Aranã Caboclo: a natureza não é um recurso, ela é nossa família.

Na tradição Aranã Caboclo, a relação com a natureza é pautada pelo pensamento “amar é pegar emprestado”. Isso significa que tudo o que se retira da terra, das águas, do ar e dos seres vivos precisa ser devolvido igual ou em melhores condições, pois o equilíbrio não é uma concessão, mas um compromisso de existência. Diferente da lógica colonial e capitalista, que vê a natureza como um estoque de matérias-primas a serem exploradas, a cosmovisão Aranã Caboclo reconhece a interdependência e a reciprocidade entre humanos e o mundo natural.

Assim, a água não é um bem a ser gerenciado ou estocado para o futuro, mas um sujeito de direitos, um ser com existência própria, que precisa ser respeitado e cuidado no presente. A destruição de um rio, de uma nascente ou de um aquífero não é apenas um problema ambiental; é uma violação de direitos, um ato de violência contra um ente vivo.

Um dos aspectos mais impactantes é a maneira como a cartilha conecta a água à identidade humana e cultural, remetendo a cosmologias indígenas, sobretudo do Vale do Jequitinhonha. Da árvore nasce água, da terra nasce água, do céu e de nós. Brotamos água. Feito nascentes ambulantes. Perder um corpo negro ou indígena para a violência ambiental é perder uma nascente de vida, pois nossos corpos também são água. A disputa pela água não é só por terra ou poder: é a luta por memória, por existência, por justiça. A água, hoje mais do que nunca, é o corpo mais ameaçado, disputado por grandes corporações que a veem apenas como recurso, desprovida de seu valor cultural e religioso.

Esta cartilha evidencia que a água é o idioma da terra. As nuvens são palavras que precipitam, soeitrando o de comer, o de beber e o de existir como identidade humana. Elas ditam a prosperidade na folha da terra, e quem lê o mundo armazena a vida que a água é, que a água dá.

Ao acessar esta cartilha, o público será convidado a mergulhar em uma reflexão profunda sobre a água como elemento central da vida e da cultura do povo do Vale do Jequitinhonha, nas suas diferentes comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Que este trabalho inspire ações concretas e uma nova consciência sobre a importância de preservar e cuidar da água como o corpo-espírito que é, não apenas como recurso, mas como fonte de vida e identidade. Da água nós viemos e para a água voltaremos. Que a água siga sendo terra fértil para a vida e para os sonhos dos que virão depois de nós.

**Djalma Ramalho Gonçalves
(Aranã Caboclo)¹**

Cofundador do Instituto
Janelas do Jequitinhonha

**Samuel Rodrigues
Abade²**

Diretor do Observatório de Clima
e Cultura do Vale do Jequitinhonha



OBSERVATÓRIO DE
CLIMA E CULTURA DO
VALE DO JEQUITINHONHA

¹ Cofundador do Instituto Janelas do Jequitinhonha. Multiartista e comunicador popular. Formado pela Faculdade de Letras da UFMG em 2023. Mestrando em Letras - Plurilinguismo, Políticas Linguísticas e Educação - na UFMG e está guiando o processo de revitalização da língua Aranã Caboclo junto ao seu povo.

² Engenheiro Florestal pela UFLA, mestrando em ciências florestais na mesma instituição e diretor do Observatório de Clima e Cultura do Vale do Jequitinhonha (OCCJ).

Prefácio

NÃO SEREMOS REFUGIADOS CLIMÁTICOS!

Reconstruir o futuro e reflorestar o Jequitinhonha da generosidade da Terra

Na crise climática global, o semiárido mineiro e o Vale do Jequitinhonha, em particular, se vê confrontado com desafios sem precedentes. As ondas de calor extremo, a seca e a escassez hídrica agravam a já previsível vulnerabilidade da região, ameaçando o modo de vida e a cultura de seu povo. Dezoito dentre as vinte cidades brasileiras que registraram os maiores aumentos de temperatura estão na região, atestando a gravidade da situação. Mas, em vez de sucumbir à desesperança, o povo do Jequitinhonha, povo remanescente dos quilombos e das aldeias ancestrais, se levanta com um grito de resistência e esperança: **Não seremos refugiados climáticos!** Mais do que um grito de alerta, trata-se de um chamado à ação.

Ao dizermos que **“Não seremos refugiados climáticos!”**, carregamos de força e determinação aquilo que é nosso compromisso com a vida e com o futuro do Vale: a recusa em se deixar definir pela crise, e a aposta na capacidade de nossa gente se reinventar e reconstruir o território a partir das adversidades, aliás, como fez desde sempre. O Jequitinhonha, historicamente marcado pela injustiça socioambiental e vítima sem trégua do racismo ambiental, é antes de tudo, um símbolo de resistência e resiliência. A população que há séculos sobrevive à seca, à miséria e ao abandono, se mostrará capaz de se adaptar e de encontrar soluções criativas para os desafios impostos pela crise climática, sem que seja necessário abandonar a região e sem ceder à desertificação como único destino.

Não seremos refugiados climáticos! é um convite para que todos se unam na luta por um futuro mais justo e sustentável que nos assegure que o Vale seguirá sempre vivo. É a armação de que, juntos, podemos construir um futuro onde a vida, a cultura e a justiça social floresçam no semiárido mineiro. Juntos, assumimos a missão de agitar o presente para que o futuro possa nascer das raízes profundas que regamos juntos. Essas raízes têm formas concretas e podemos chamá-las por seu próprio nome:

- Agroecologia e segurança alimentar: A aposta na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis, adaptados às condições do semiárido, garante a segurança alimentar e a autonomia das comunidades.
- Preservação da água: A proteção das nascentes, a recuperação de áreas degradadas e o uso sustentável da água são essenciais para garantir a vida no semiárido.
- Saberes tradicionais e adaptação: Os conhecimentos ancestrais sobre o clima, a terra e a água são ferramentas valiosas para a adaptação e a resiliência frente à crise climática.
- Mobilização social e educação ambiental: A conscientização da população sobre a importância da ação climática e a participação ativa na construção de soluções para a crise são fundamentais.
- Justiça climática: A reivindicação por políticas públicas que garantam a justiça climática e o apoio às comunidades mais vulneráveis é um imperativo.

“Não seremos refugiados climáticos!” é a armação de um povo que se recusa a ser vítima da crise climática e que, para se adaptar e reduzir a vulnerabilidade, faz uma aposta na força da comunidade, na sabedoria ancestral e na capacidade de reinventar o futuro a partir das adversidades. É o grito de um povo que luta pela vida, pela cultura e pela justiça social e climática no semiárido mineiro e no resto do mundo inteiro, porque somos todos irmãos e habitamos a mesma casa comum. “Não seremos refugiados climáticos!”, principalmente, porque a Terra é generosa e ela nos ajudará a cada passo que dermos. Sejam generosos cada dia um pouquinho mais, afim de seguir merecendo, sempre e cada vez mais, a generosidade da Terra.

Ricardo Targino

cineasta e ativista, cofundador da Mídia NINJA,
realizador do Clímax Vale do Jequitinhonha,



1.

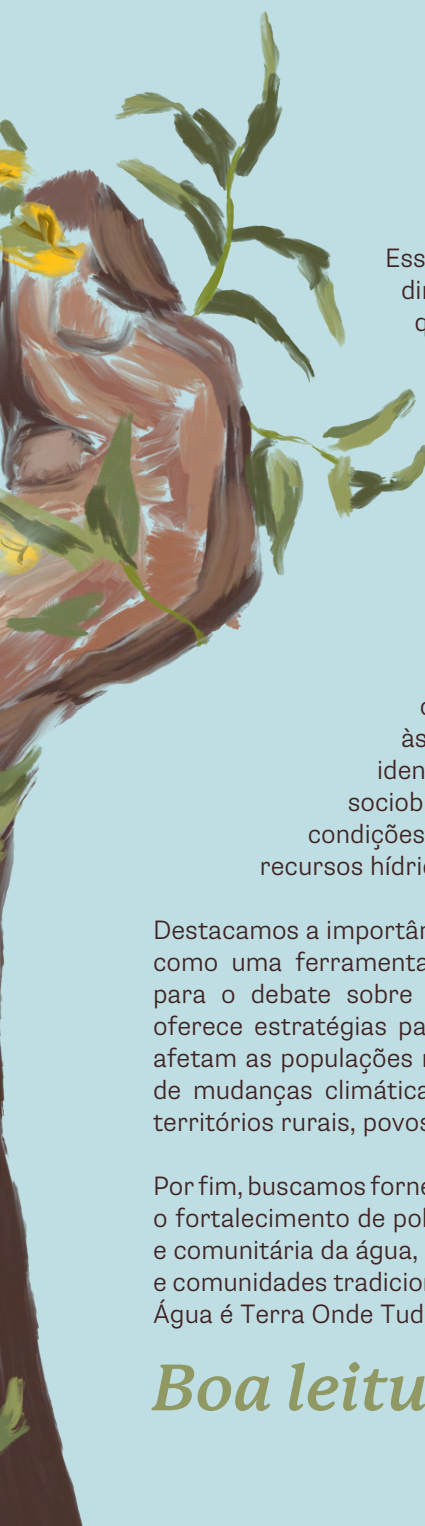
Introdução

O Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC) tem a satisfação de apresentar a Cartilha Temática intitulada “A Água é Terra Onde Tudo O que se Planta Nasce”. Este material é fruto da iniciativa do Eixo de Pesquisa e Dados na produção e disseminação de conhecimento popular e democrático, integrando as discussões sobre justiça climática e equidade racial em suas distintas temáticas. Essas discussões abarcam questões como terra, território e moradia, transição energética e a gestão comunitária dos recursos hídricos.

Nesta Cartilha Temática, buscamos sensibilizar e engajar a sociedade – desde comunidades locais, ativistas, jornalistas e acadêmicos até formuladores de políticas públicas – com o principal objetivo de promover a conscientização sobre questões socioambientais, destacando a importância do direito humano ao acesso à água e ao saneamento. Tratamos a água, em primeiro lugar, como um bem comum e não como uma mercadoria.

Sabemos que está em curso um processo acelerado de privatização de recursos naturais e dos bens comuns, e a água tem sido alvo crescente de especulação. Esse cenário é agravado pelo avanço de atividades predatórias, como a monocultura de eucalipto no Vale do Jequitinhonha e a mineração.





Esses megaempreendimentos impactam diretamente os modos de vida de populações que possuem uma relação integrada ao manejo e à gestão comunitária dos recursos hídricos, especialmente povos e comunidades tradicionais do campo, majoritariamente negros. As mesmas atividades transformam paisagens, afetam manifestações religiosas e comprometem a reprodução social da vida dessas populações na região.

As ciências, tecnologias e os saberes de povos e comunidades tradicionais sobre o manejo adequado e sustentável da água têm oferecido soluções históricas para adaptação às mudanças climáticas. A manutenção da identidade cultural, dos sistemas produtivos sociobiodiversos e das manifestações religiosas cria condições indispensáveis para a gestão comunitária dos recursos hídricos.

Destacamos a importância de materiais como esta cartilha, que serve como uma ferramenta educativa e de luta, destinada a contribuir para o debate sobre os direitos de acesso à água. Ela também oferece estratégias para enfrentar as desigualdades históricas que afetam as populações negras no Brasil, especialmente em contextos de mudanças climáticas que atingem de forma desproporcional os territórios rurais, povos e comunidades tradicionais.

Por fim, buscamos fornecer dados, relatos e análises que fundamentem o fortalecimento de políticas públicas que priorizem a gestão coletiva e comunitária da água, baseada em práticas socioecológicas de povos e comunidades tradicionais. São essas populações que fazem da “Água é Terra Onde Tudo O que se Planta Nasce”.


Boa leitura!



“Ô de casa, cê pode me arrumar um copo de água?”

“Ô de casa, cê pode me arrumar um copo de água?” É um pedido comum de quem tem sede e de quem vive em territórios rurais, onde a porta e a janela da casa ficam abertas, em contato com a rua e com a necessidade do outro. O ato de pedir água reflete a segurança que foi construída nas relações interpessoais naquela localidade. Água é tudo, e, em determinados contextos, ela é águas rurais.

‘Águas rurais’ não é um conceito, é uma metáfora que almeja compreender como os modos específicos da população rural conferem à água uma identidade territorializada. Aqui nessa escrita, as comunidades rurais negras e suas águas formam um único ecossistema, onde a interdependência entre os habitantes e os recursos é parte integrante da vida cotidiana que reflete histórias e desafios.



*“água não
reflui, ela
transflui
e, por
transfluir,
chega
ao lugar
de onde
partiu, na
circularidade”*

Nego Bispo, 2023.

Nego Bispo (2023, p.31) ensinou que “água não reflui, ela transflui e, por transfluir, chega ao lugar de onde partiu, na circularidade”. Ou seja, ela vai na correnteza, encontra outras águas, se fortalece, e, ao mesmo tempo, evapora, percorre outro espaço, em forma de nuvem, e chove. Esse ciclo de começo, meio e começo transversaliza o objetivo dessa cartilha, que se forma para retratar a relação entre a terra e a água, destacando como as comunidades tradicionais rurais contribuem para a conservação dos bens comuns e gestão dos recursos hídricos utilizando seus próprios conhecimentos, ciências e tecnologias sociais.

A delimitação espacial - comunidades rurais negras do Vale do Jequitinhonha - é justificada pelo compromisso político coletivo de construir conhecimentos que destaquem contextos e experiências diversas.

Nessa construção, os sujeitos envolvidos tornam-se corresponsáveis por aquilo que é produzido e disseminado. Haja vista que a dimensão territorial extensa do nosso país é complexa e permeada de especificidades ambientais, em especial, quando falamos de água. O Vale do Jequitinhonha é a expressão viva da relação cultural, econômica e socioambiental dos povos originários, sujeitos humanos e não humanos com os recursos hídricos.

A palavra Jequitinhonha, no dialeto dos maxacalis, corresponde a um “rio largo e cheio de peixes”, na canção de Nilson Freire.

*“Tanta beleza o meu vale tem
Tanta riqueza posso ate contar
Numa cantiga que convém
Alguns valores que tem por lá*

*As lavadeiras cantam suas vidas
Com os meninos de Araçuaí
E os trovadores do vale entoam
Uma canção de Melão e Lery”*

A desigualdade no acesso à água é uma realidade persistente em muitas comunidades, e ainda mais agravada pelo fator raça/cor. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018.

54,7%

dos domicílios com residentes negros tinham acesso aos serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta direta ou indireta de lixo, enquanto entre os domicílios com residentes brancos esse índice era de 72,1%.

32%

A situação é ainda mais crítica nas áreas rurais, onde apenas 32% das moradias contam com abastecimento pela rede geral de água (IBGE, 2022).

Os outros 68% dependem de poços e nascentes, frequentemente expostos a diversos tipos de contaminação. Além disso, 75% dessas residências não possuem sistemas adequados de tratamento de esgoto, agravando os riscos para a saúde e o meio ambiente.

De acordo com o Instituto Trata Brasil (2023), “brasileiros que ganham, em média, até 1,9 mil reais por mês têm menos acesso a saneamento básico”. Esse cenário é ainda mais alarmante quando pensamos nas populações negras e jovens. Cerca de 32% da população negra não dispõe de acesso ao abastecimento de água e 37% vive em regiões sem rede de esgoto adequada. Os dados apontam para a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura de saneamento básico nas áreas rurais para garantir a qualidade da água consumida e minimizar os riscos de doenças relacionadas à contaminação hídrica e à falta de saneamento.

As comunidades rurais, especialmente as quilombolas, têm uma longa história de resistência e luta pela preservação de suas terras, do patrimônio histórico-cultural e dos modos de vida. O Vale do Jequitinhonha, de população predominantemente negra, é um símbolo dessa resistência, em que a preservação da identidade cultural e territorial é central. Essas comunidades são guardiãs de tradições e saberes que atravessam séculos e continuam alimentando e nutrindo a paisagem social e cultural da região.

O Vale do Jequitinhonha reúne uma combinação de fatores sociais, históricos, culturais e ambientais que são fundamentais para a promoção da justiça social e climática no Brasil. Em contradição, esta mesma região tem enfrentado desafios específicos, como o acesso limitado a recursos essenciais como água potável, saneamento, alimentação adequada, educação e saúde e tem sofrido desproporcionalmente os impactos das mudanças climáticas.

Assim, esta cartilha temática busca publicizar, a partir da cartografia do conhecimento, as práticas e saberes das comunidades rurais, com destaque para o Vale do Jequitinhonha com o propósito de contextualizar as relações comunitárias com os corpos d'água, as políticas estaduais voltadas para a gestão dos recursos hídricos, a interação e a reverência que as comunidades têm pela água a partir de técnicas de armazenamento.

A água tem lugar?



São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro, Vale do Jequitinhonha - MG

2.

Comunidades rurais negras e suas águas

Na filosofia afro-brasileira, varrer a porta da rua, cujo chão pode ser de areia ou de barro batido, com uma vassoura de palha e usar uma cuia para lançar água que apazigua o calor da terra, é uma referência às práticas tradicionais de cuidado, de nutrir a terra e de abrir caminhos para quem atravessa a rua, para quem habita a casa e para convidar a presença de energias da criação e da proteção.

*“perto de
muita água,
tudo é feliz”*

Guimarães Rosa,
em Grande Sertão:
Veredas (1986)

A água, em comunidades rurais, está na dialética, no bojo da estrutura orgânica que fundamenta a vida das pessoas e o meio ambiente, profundamente interligados nos processos ecológicos que mantêm a capacidade de fazer nascer, crescer e sustentar a vida, refletindo a interdependência entre os recursos hídricos e a vitalidade das comunidades.

Dessa forma os povos e comunidades tradicionais que vivem em territórios rurais vão além do abastecimento e práticas agrícolas, elas coexistem e atuam na gestão comunitária da água como recurso vital para reprodução da vida dos sujeitos humanos e não humanos. Nas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, nascentes e pequenos cursos d'água são balizas importantes para a organização social e produtiva. Nascentes servem como referência na sociabilidade e identidade, na delimitação do território e localização da população. Camponeses frequentemente se orientam espacialmente e, em muitos casos, se identificam a partir de localidades cujos nomes derivam de cursos d'água. Um exemplo são os vazanteiros, que habitam áreas próximas aos rios e têm sua identidade moldada pelas práticas agrícolas intimamente ligadas aos ciclos fluviais (Ribeiro, 2003).

As nascentes de água têm um papel estruturador na vida social e na formação da identidade das comunidades rurais. Elas são, à luz da autonomia coletiva, pontos de referência para a organização espacial e para definição dos limites territoriais. Além disso, as pessoas entrelaçadas nessa vivência cosmopolita, costumam utilizar os cursos d'água como forma de orientação geográfica e, em alguns casos, adotam o nome desses corpos d'água para identificar as localidades onde residem.

Mergulhe em mais informações

Antes do Jequitinhonha, um vale. Que vale as vidas que se fazem habitantes. Uma formação geográfica caracterizada por uma depressão ou área baixa entre montanhas ou colinas, geralmente esculpida pela ação da água. Uma região localizada no Nordeste de Minas Gerais, composta por 55 municípios, divididos nas microrregiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. É uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais (IBGE, 2022), isso indica que essa área possui características econômicas e sociais distintas, que a diferenciam de outras regiões. Em particular, este território abrange 14% do estado.

A tabela abaixo oferece uma leitura de alguns municípios do Vale do Jequitinhonha e suas comunidades quilombolas, que nos permite visualizar pontos relevantes. A população estimada desses municípios em 2023, por exemplo, varia consideravelmente, de pouco mais de 3.000 habitantes em São Gonçalo do Rio Preto a cerca de 48.000 no município de Diamantina. A composição étnica é diversa, com uma predominância de populações negras (entre 35% e 50% preta) e (28% e 33% parda) nos territórios. A população branca varia entre 20% e 32%.

Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios em destaque oscilam entre 0,596 em Medina e Minas Novas, e 0,731 em Diamantina, indicando variações nas condições de vida e acesso a serviços básicos, como saúde, educação e renda. Embora Diamantina tenha um IDH mais elevado, refletindo melhores condições socioeconômicas, a maioria dos municípios possui IDH abaixo de 0,65, o que revela desafios significativos de desenvolvimento (IBGE, 2022).

TABELA - MUNICÍPIOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Municípios do Vale do Jequitinhonha	População Estimada (2023)	Área (km²)	IDH	Nº de Comunidades quilombolas	População Preta (%)	População Branca (%)	População Parda (%)
Almenara	42431	2183	0,622	3	45	25	30
Araçuaí	37299	2235	0,639	10	40	28	32
Capelinha	37764	958	0,663	5	42	27	31
Diamantina	48279	3905	0,731	3	35	32	33
Itaobim	20791	364	0,62	2	50	20	30
Itamarandiba	36948	2719	0,643	9	43	29	28
Jequitinhonha	25930	3387	0,609	6	48	22	30
Medina	21183	1627	0,596	1	46	24	30
Minas Novas	30455	1774	0,596	19	44	26	30
Pedra Azul	24244	1569	0,617	-	49	21	30
Salinas	42641	1899	0,66	3	38	30	32
São Gonçalo do Rio Preto	3287	306	0,658	1	41	28	31
Turmalina	18091	1151	0,632	-	47	23	30

Fonte: elaboração com base no cruzamento de dados do levantamento de comunidades quilombolas realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais com o censo do IBGE, 2022.

A região do Vale do Jequitinhonha é marcada pela presença de 584 comunidades quilombolas, que são essenciais para a preservação da cultura e da história afro-brasileira. Municípios como Minas Novas (com 19 comunidades quilombolas), Araçuaí (com 10) e Itamarandiba (com 9) têm um número expressivo dessas comunidades. O município de Chapada do Norte possui mais de 90% de sua população formada por comunidades quilombolas (Fogaça, 2017). Como afirmou Beatriz Nascimento (2018), o quilombo é um conceito de liberdade, e essa liberdade está ameaçada à medida que o direito à água e à terra é corroído pela crise climática.

Com a projeção da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) de que as reservas de água do Brasil caíam para 40% até 2040, o acesso à água, que já é limitado, pode se tornar ainda mais restrito (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2024). As cisternas e poços, que atualmente são uma alternativa para a coleta e armazenamento de água da chuva, podem se mostrar insuficientes se as chuvas se tornarem cada vez mais escassas e irregulares ou mesmo pelo uso predatório para irrigação de projetos de monocultura de eucalipto (silvicultura) que requerem uma quantidade expressiva ou para mineração.

A redução das reservas de água ameaça a subsistência dessas comunidades que dependem da agricultura familiar e da criação de animais para sobreviver. Além disso, pode levar ao colapso da produção agrícola, resultando em insegurança alimentar, desnutrição e aumento da pobreza. A escassez hídrica também tem implicações diretas na saúde pública, com a proliferação de doenças relacionadas à água e ao saneamento, afetando especialmente os grupos mais historicamente expostos, como crianças, idosos e mulheres que vivem em comunidades rurais. Mais do que isso, ameaça, também, a possibilidade da manutenção da relação entre os sujeitos e os recursos hídricos que extrapolam a noção da produção econômica, que abriga desde representações culturais à atividades religiosas. No simbólico e no concreto, a água é o elemento central para a reprodução e manutenção da vida.



Barbosa, Berilo, Vale do Jequitinhonha - MG

A região, banhada pelos

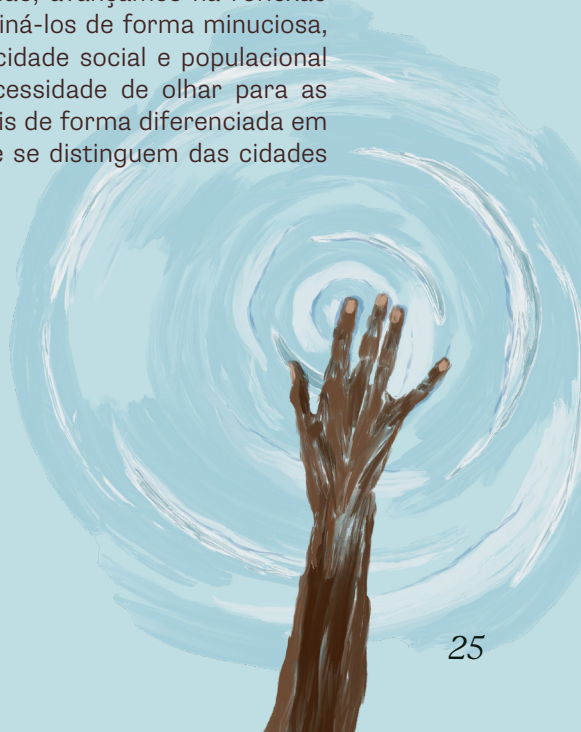
50 mil km²

do rio Jequitinhonha, é lar de mais de 950 mil brasileiros, dos quais dois terços vivem na zona rural, segundo dados do IBGE (2022).

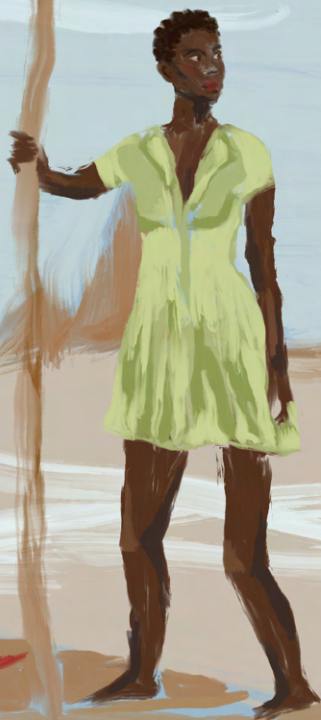
O Vale do Jequitinhonha é uma narrativa poética potencialmente produtora de outras geografias que se manifesta física e socialmente em discursos e falas que se dobram sobre os seus sentidos, lugares e experiências tecidas através da relação com a terra e a água que contribui para moldar e transformar as composições territoriais. Onde os sujeitos recriam continuamente o passado e o presente com base no tempo cíclico da natureza.

Reflexão

É possível desagregar os dados climáticos, de recursos hídricos e raciais para que seja possível compará-los de forma mais precisa? Isso é fundamental para fornecer um panorama detalhado sobre a condição de desigualdade racial, revelando como as mudanças climáticas e a distribuição de recursos hídricos afetam de maneira diferente as diversas populações, especialmente as comunidades rurais. Existe uma percepção por parte de pesquisadores e agências de pesquisa, de que quando os dados não são desagregados, as análises de diferentes pesquisas se tornam mais difíceis. Ao desagregar os dados, torna-se possível perceber os cruzamentos de raça e gênero, anos de estudo por raça e cor, além de analisar as condições de qualidade de vida e renda entre os grupos de populações negras e brancas. Seguindo esse fluxo e ajustando a direção, avançamos na reflexão sobre os dados, pois, ao examiná-los de forma minuciosa, é possível enxergar a multiplicidade social e populacional do Brasil. Isso implica na necessidade de olhar para as regiões e grupos étnico-raciais de forma diferenciada em sua complexa diversidade, que se distinguem das cidades urbanas e entre si.



*Como a água,
em sua jornada
insubmissa,
desenha os
contornos da
terra e sussurra
segredos de vida
aos ouvidos do
tempo?*





Campo Alegre, Turmalina, Vale do Jequitinhonha - MG

3.

Entenda sobre gestão de recursos hídricos no estado de Minas Gerais



A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à água como um direito humano e estabelece que a União legisle sobre o tema, priorizando o uso social e econômico nas regiões mais expostas aos processos de desigualdade. A Lei de Recursos Hídricos de 1997 instituiu uma gestão descentralizada e participativa, envolvendo comunidades para garantir práticas sustentáveis. No entanto, o Novo Marco do Saneamento Básico (Lei nº 14.026) traz desafios, como a privatização do setor, que pode excluir comunidades e cidades inteiras do acesso adequado ao saneamento, especialmente no Vale do Jequitinhonha. A expansão da mineração e das monoculturas de eucalipto e pinus agrava ainda mais a situação, favorecendo interesses econômicos em detrimento da gestão dos bens comuns.

Além disso, a histórica expansão da mineração e das monoculturas na região promove um uso intensivo e insustentável dos recursos naturais, como água e solo, contribuindo para condições degradantes de vida, sujeitando as populações a riscos climáticos e ambientais. A mineração, em particular, promove a contaminação dos corpos d'água, destruição de nascentes e perda da biodiversidade. As monoculturas de eucalipto e pinus que tentam cercar imensos territórios da região, por sua vez, esgota os recursos hídricos locais e empobrecem o solo, criando um ambiente desfavorável para outras formas de vida e dificultando a sobrevivência das culturas agrícolas tradicionais (Fogaça, 2017).

Fiquem atentos!

A participação do cidadão é um direito intransferível e inalienável, essencial para o funcionamento de uma sociedade democrática. As tomadas de decisões não podem ser realizadas de forma unilateral ou sem a consulta dos indivíduos e grupos diretamente afetados por essas decisões. Isso significa dizer que todas as esferas de governo e instituições públicas devem criar mecanismos e canais adequados para garantir que a população seja incluída e considerada em processos decisórios. A inclusão da participação cidadã pode assegurar que as políticas públicas sejam mais justas, eficazes e alinhadas com as necessidades e expectativas reais da comunidade. Além disso, a participação ativa dos cidadãos contribui para o fortalecimento da democracia, a transparência na gestão pública e a promoção da responsabilidade social.

Controle Quantitativo

Você sabe o que é uma outorga de água?

A outorga permite que o poder público regule a quantidade de água que pode ser retirada de uma fonte (como um rio, lago ou aquífero) para evitar a superexploração, que poderia esgotar os recursos hídricos e afetar negativamente o meio ambiente e as comunidades que dependem dessa água.

Controle Qualitativo

Além de controlar a quantidade, a outorga também garante que a qualidade da água seja preservada. Isso significa que a água utilizada deve atender os padrões de conservação e de potabilidade para evitar a contaminação e garantir a saúde dos ecossistemas e das pessoas.

Os padrões de potabilidade da água são critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde para assegurar que a água destinada ao consumo humano seja segura e saudável. Esses padrões são baseados em diretrizes que definem os limites máximos permitidos de contaminantes físicos, químicos, biológicos e radiológicos na água.

Minas Gerais, estado onde está localizado o Vale do Jequitinhonha, possui um conjunto de leis e deliberações sobre gestão de recursos hídricos. Com destaque para a Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG Nº 8, de 21 de novembro de 2022, que estabelece padrões e regulamentos para a gestão e lançamento de efluentes em corpos de água. Essa deliberação destaca a importância de se classificar os corpos de água em diferentes classes que ditam as possibilidades de uso dessas águas, como abastecimento humano, irrigação, recreação, padrões de qualidade e lançamentos de efluentes.

1. Qualidade das águas:

A deliberação define que os padrões de qualidade devem ser analisados por meio de ensaios e que novos padrões podem ser criados dependendo das peculiaridades de cada corpo d'água.

2. Lançamento de efluentes:

É permitido apenas após tratamento adequado, obedecendo a condições específicas e normas aplicáveis. Além disso, a norma exige o automonitoramento dos responsáveis pelas fontes poluidoras e incentiva práticas de gestão eficientes, incluindo a reutilização de água sempre que possível.

Vamos saber mais sobre efluentes?

Os efluentes são resíduos líquidos originados de indústrias, atividades domésticas, esgotos sanitários e redes pluviais, que são liberados no meio ambiente em formas líquidas ou gasosas. Literalmente, a palavra “efluente” se refere a algo que flui, ou seja, qualquer líquido ou gás produzido por atividades humanas e que são descartados na natureza de forma tratada ou não (Piroli, 2022).

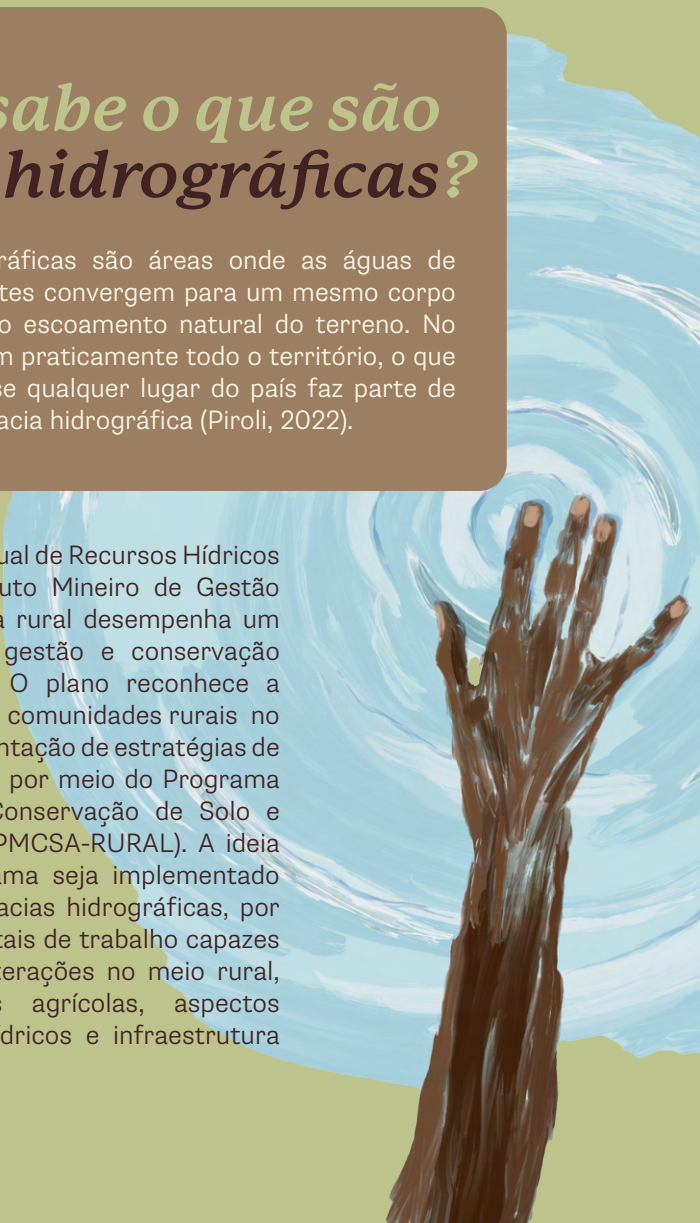
3. Objetivos de conservação:

Nas bacias hidrográficas onde a qualidade da água não está de acordo com os usos pretendidos são estabelecidas metas de melhoria obrigatórias para a qualidade da água e o ambiente aquático.

Você sabe o que são bacias hidrográficas?

As bacias hidrográficas são áreas onde as águas de diferentes nascentes convergem para um mesmo corpo d'água, seguindo o escoamento natural do terreno. No Brasil, elas ocupam praticamente todo o território, o que significa que quase qualquer lugar do país faz parte de alguma bacia hidrográfica (Piroli, 2022).

No cerne do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (Instituto Mineiro de Gestão das Águas, 2011), a área rural desempenha um papel fundamental na gestão e conservação dos recursos hídricos. O plano reconhece a importância de incluir as comunidades rurais no planejamento e implementação de estratégias de gerenciamento de água, por meio do Programa de Monitoramento e Conservação de Solo e Água em Microbacias (PMCSA-RURAL). A ideia central é que o programa seja implementado inicialmente em microbacias hidrográficas, por serem unidades ambientais de trabalho capazes de integrar diversas interações no meio rural, incluindo propriedades agrícolas, aspectos ambientais, recursos hídricos e infraestrutura econômica e social.

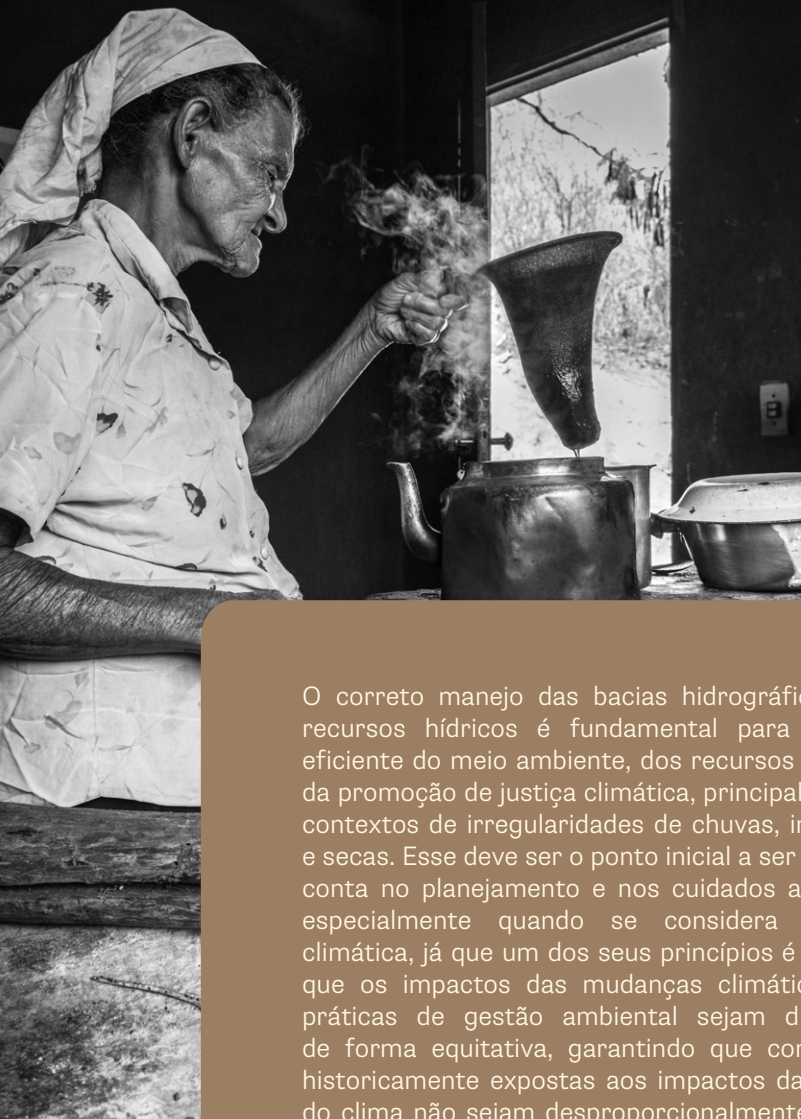


A abordagem destaca a necessidade de adaptar o tamanho da unidade geográfica à capacidade de interação das tecnologias disponíveis, meios e instrumentos operacionais do PMCSA-RURAL, permitindo uma ação mais eficiente e direcionada. Além disso, é enfatizada a importância de definir prioridades entre as diversas regiões de intervenção, ajustando as intervenções regionais gradualmente e com base em um pacto de co-responsabilidade entre as comunidades envolvidas e as capacidades institucionais dos municípios, visando alcançar a conservação das bacias hidrográficas.



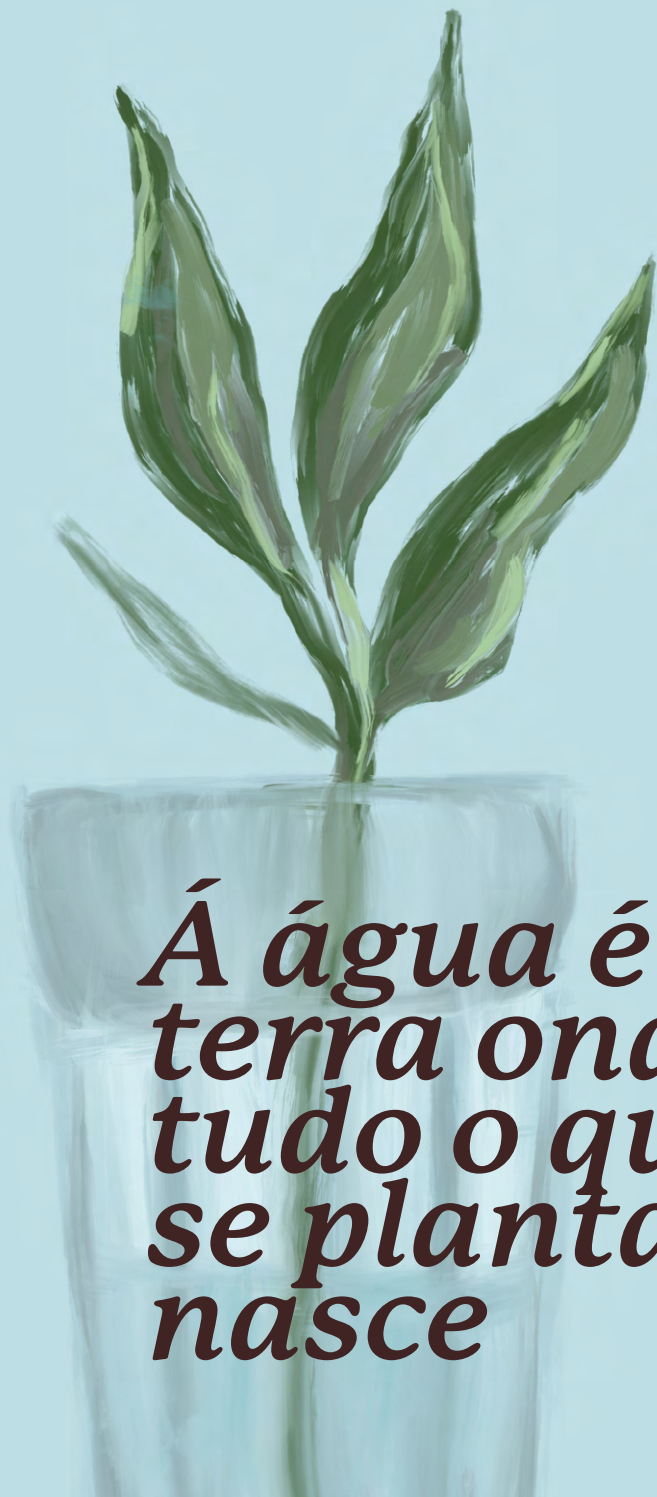
Para **questionar**

Quais estratégias e práticas, incluindo os saberes tradicionais das comunidades rurais, são recomendados para o manejo adequado das bacias hidrográficas e das águas, a fim de garantir um gerenciamento eficaz do patrimônio ambiental e dos recursos naturais no planejamento e na gestão ambiental?



Córrego Dantas Silvrolândia, Jenipapo de Minas, Vale do Jequitinhonha - MG

O correto manejo das bacias hidrográficas e dos recursos hídricos é fundamental para a gestão eficiente do meio ambiente, dos recursos naturais e da promoção de justiça climática, principalmente em contextos de irregularidades de chuvas, inundações e secas. Esse deve ser o ponto inicial a ser levado em conta no planejamento e nos cuidados ambientais, especialmente quando se considera a justiça climática, já que um dos seus princípios é assegurar que os impactos das mudanças climáticas e das práticas de gestão ambiental sejam distribuídos de forma equitativa, garantindo que comunidades historicamente expostas aos impactos da mudança do clima não sejam desproporcionalmente afetadas e que tenham acesso aos recursos necessários para sua adaptação e proteção.



***Á água é
terra onde
tudo o que
se planta
nasce***



Poço D'Água, Turmalina, Vale do Jequitinhonha - MG

4.

*Armazenamos a
água porque somos
submissos a ela*

A água em qualquer contexto territorial e sociopolítico é o elemento central das atividades humanas, e nada é feito ou construído sem que a cadeia produtiva a tenha em sua composição. Até o ar respirado, quando mais próprio para a saúde respiratória, tem o vapor d'água como fator contribuinte.

Conscientes da necessidade hídrica e de garantir acesso contínuo à água, as tecnologias de armazenamento surgem como uma alternativa para enfrentar os desafios de escassez e qualidade. Essas tecnologias não apenas possibilitam o armazenamento eficiente durante períodos de chuvas, mas, também, asseguram a disponibilidade de água durante as estações secas. Além disso, promovem a segurança hídrica para atividades agrícolas, ritos religiosos, para o consumo humano, fauna e flora, minimizando os impactos da variabilidade climática.

A adoção de sistemas de captação de água da chuva, cisternas e barragens de pequeno porte também contribuem para a conservação dos recursos hídricos e a sustentabilidade das comunidades rurais, principalmente em regiões suscetíveis a secas prolongadas. Somado a isso, as práticas integradas às tecnologias desenvolvidas a partir dos saberes tradicionais, em especial, de povos e comunidades tradicionais, permitem uma abordagem mais holística e adaptada ao que a natureza já oferece.

**Vamos
conhecer
alguns exemplos?**



Cabaça ou porongo

A palavra “porongo” tem sua origem no quechua, uma língua dos povos indígenas da América do Sul, especialmente associada às regiões andinas. No quechua, a palavra “p’urunku” refere-se a um tipo de cabaça ou fruto seco, que era tradicionalmente utilizado por esses povos como recipiente para líquidos ou alimentos. O termo foi incorporado ao vocabulário de diversas culturas na América do Sul, incluindo o Brasil, onde “porongo” se refere à cabaça utilizada, entre outras coisas, para fazer cuias de chimarrão. Essa palavra carrega consigo a herança e a influência cultural dos povos indígenas que habitavam e ainda habitam a região (Salgado, 2022).

O recipiente é feito a partir de um porongo seco, amadurecido e sem sementes. A planta, trepadeira de caule herbáceo, tem flores amarelas ou brancas e frutos de diversas cores e tamanhos, podendo atingir 40 centímetros de diâmetro.



Além de seu uso como cuia, a cabaça é utilizada como recipiente natural para armazenar água. Sua casca dura e impermeável torna-a ideal para reter líquidos, protegendo o conteúdo de contaminações e mantendo a água fresca. Esse modo de saber fazer evidencia as soluções baseadas no ecossistema e no cotidiano dessas comunidades rurais que se esforçam na preservação dos corpos d'água e para terem uma existência segura.

Em ritos religiosos, em especial, de matriz africana, a cabaça tem um papel significativo. Utilizada como objeto sagrado, pode ser empregada para a preparação de bebidas cerimoniais ou como um símbolo de purificação e de vida. A presença da cabaça em cerimônias tradicionais reforça a conexão com a natureza, a espiritualidade e a tradição, demonstrando sua multifuncionalidade e significado ancestral.

Porrão de barro

O porrão de barro, também conhecido como pote ou talha, é um recipiente tradicionalmente utilizado para armazenar e conservar a água. Feito de argila, o porrão é moldado à mão ou em um torno de oleiro e logo após submetido a um processo de queima em forno, o que confere ao barro uma estrutura rígida e durável. A porosidade natural do barro permite a troca de calor e a evaporação lenta da água através das paredes do recipiente, mantendo o líquido fresco por mais tempo, mesmo em ambientes afetados pelo calor intenso.

Na dinâmica organizacional do lar, o porrão de barro é colocado na cozinha ou no quintal, tende ser coberto com uma toalha de renda branca ou uma tampa, e é acompanhado por um caneco de metal para facilitar a retirada da água. Essa cobertura protege o conteúdo do porrão contra poeira, insetos e outras impurezas, enquanto o caneco permite servir a água de forma prática e higiênica. A estética delicada da toalha de renda adiciona um toque afrodispórico que conflui no cotidiano das comunidades rurais a encruzilhada do sagrado que advém da água.



Poços cacimbas

Os poços cacimbas são uma forma tradicional de captação de água, muito utilizada em diversas regiões brasileiras, onde o acesso a fontes superficiais, como rios e lagos, é limitado. Esses poços são escavados manualmente até atingir o lençol freático, garantindo um suprimento de água potável para uso doméstico e agrícola.

A construção de um poço cacimba envolve a escolha de um local estratégico, geralmente em áreas com boa presença de água subterrânea e um solo que permita a escavação. O poço reúne arte e arquitetura. É revestido com pedras, tijolos ou outros materiais que previnam o desmoronamento das paredes, e pode ser coberto para evitar a contaminação da água por detritos e animais.

Além de serem uma importante fonte de captação de água, os poços cacimbas têm origem nas comunidades africanas, cujo nome deriva do termo kixima que significa poço d'água (Ferreira, 2024). Eles são frequentemente construídos e mantidos coletivamente, reforçando os laços comunitários, a construção de memórias e o compartilhamento do recurso água. Em algumas culturas, a construção de um poço pode ser acompanhada por rituais e celebrações que destacam a água como fonte de vida e prosperidade. No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, os poços cacimbas representam o pertencimento mútuo - natureza e o ser humano.



Esses poços também refletem a adaptação das comunidades às condições ambientais locais, utilizando técnicas de construção e manutenção passadas de geração em geração. Apesar de sua simplicidade, os poços cacimbas são uma solução eficaz para usos não exploratórios, especialmente em áreas rurais e semiáridas.



*Se te
falta
água é
porque
você não
deixou
a terra
molhar*

Considerações finais

Esta cartilha é cíclica, igual à natureza. Assim como os rios que fluem em direção ao mar, ela trouxe em suas páginas contextos intrínsecos às comunidades rurais, especialmente as comunidades negras. O conhecimento aqui construído e compartilhado é um fluxo contínuo entre o passado, o presente e o futuro. Neste ciclo, cada gota é uma palavra, um cuidado, e cada página, um elo que nos une à terra, às águas e à justiça climática.

Cada linha publiciza o direito à água enquanto direito humano, ao mesmo tempo, básico e fundamental, reconhecido em qualquer lugar do planeta. A destruição dos ecossistemas, a contaminação das águas e a degradação do solo comprometem ainda mais o direito das comunidades à saúde, à manifestação cultural e religiosa, à alimentação e à moradia adequada. Quando qualquer território natural é impactado, todos nós somos afetados, mas as comunidades que dependem diretamente dos serviços ecossistêmicos na manutenção da vida, são ainda mais. Além de tudo, as práticas tradicionais de manejo ambiental e as tecnologias sociais sustentáveis de resiliência hídrica desenvolvidas por essas comunidades são formas de exercício de sua identidade cultural e de adaptação climática. A imposição de modelos produtivos que não respeitam essas práticas representam uma violação dos direitos culturais das comunidades. Práticas como a utilização de poços cacimbas, porrões de barro e cabaças para o armazenamento de água demonstram a capacidade das populações rurais se adaptarem às condições ambientais locais e de desenvolverem soluções para garantir o acesso à água.

A escassez hídrica, a degradação ambiental e a falta de políticas públicas eficazes colocam em risco a autonomia dessas comunidades, que dependem da terra e da água para manter suas práticas agrícolas, culturais e sociais. Se a comunidade rural é, por essência, um território de emancipação, a crise climática surge como um novo processo de opressão, exigindo uma mobilização urgente para proteger esses territórios e garantir que as futuras gerações possam continuar a viver e a resistir. A luta por justiça climática é, portanto, inseparável da luta pela manutenção da sociobiodiversidade.

A justiça climática, que busca reduzir as desigualdades ambientais e sociais, deve ressoar com a justiça de Xangô, o orixá que simboliza equidade e o julgamento justo, lembrando-nos que o equilíbrio da natureza e a justiça entre os homens são inseparáveis. Da mesma forma, as águas salgadas de Yemanjá, e Oxum, de águas doces, também nos ensinam sobre a fluidez, a conexão e o cuidado com os ecossistemas. Essas divindades das águas, com sua sabedoria, nos lembram da importância de respeitar a natureza em suas diversas formas, assim como devemos cultivar o equilíbrio entre as águas, essenciais à vida no planeta.

Posfácio

Plantar as Chuvas - uma visão indígena das águas do Jequitinhonha

Nascente de Rio é semente de vida. Desde antes, toda comunidade nasce na beira de um corpo d'água. O Vale do Jequitinhonha é ligado por grandes veias hídricas. Um corpo ancestral repousado. Um território interestadual que se estende entre Minas Gerais e Bahia. Um território de territórios, onde as águas entrelaçam culturas, memórias e modos de existir. O Rio Jequitinhonha e seus afluentes são fios condutores que sustentam comunidades, espalham vida, carregam histórias. Seres cuja existência se confunde com a própria identidade do Vale.

Para os povos indígenas, a água sempre foi uma guardiã de segredos. Contam os mais velhos, que Morokuru, o beija-flor Aranã Caboclo, escondeu toda a água do mundo em um pote de barro. Mas esqueceu que a água não aceita prisão. O pote, feito da própria terra, não suportou conter aquilo que pertence ao fluxo. Rachou. E das fendas brotaram os primeiros rios. O Jequitinhonha, o Araçuaí, o Salinas - águas que se espalharam pela terra. Os rios, como os povos originários, sempre encontram um jeito de continuar.

A água é movimento. Na língua do povo Aranã Caboclo, a palavra Mum quer dizer Rio, mas também significa o que anda, o que vem. De Mum, surgem os verbos ir, voar, caminhar, atravessar.

A água é a entidade que nunca para, sinônimo de fluxo, de deslocamento, de travessia. E esse movimento não está apenas nos rios. Está na gente. O afixo -mum está presente até mesmo na palavra que nos define: Borum que significa gente em Aranã. Borum é uma palavra que tem origem na expressão Po + mum. Po - que significa dedo (aqui significa irmão. Porque os dedos nascem do mesmo lugar, são semelhantes, mas não são iguais, como irmãos) + Mum - que significa “que caminha” ou “que veio”, o outro, irmão nascido de outra mãe. A Mãe-Terra. Na nossa língua, ser gente é ser movimento. Não há separação entre a água que corre e aquele que caminha. Somos feitos do mesmo fluxo.

Os mais velhos sabem: rio tem idade que ninguém conta. É um velhomenino que ainda aprende a andar. Cada vez que ele dobra uma curva, é como se descobrisse o mundo de novo. O rio sussurra para quem sabe ouvir. O rio quando fala, é com a boca de barranco, dentes de lajedo, com a língua da correnteza. Quem ouve, entende. O rio não é de dar resposta – ele é de perguntar.

A água também nos ensina a nunca parar. Assim como os nossos passos seguem os caminhos dos que vieram antes, os rios seguem os caminhos que a terra lhes dá. Mas se fecham uma estrada, ela encontra outra. Se tentam detê-la, ela fura o chão.

Meu avô costumava dizer que a água é uma mãe antiga. Sempre estive aqui, antes de nós, e estará depois. Se tentamos prendê-la, ela se rebelou. Se tentamos feri-la, ela nos ensina que tudo o que acontece com ela, acontece conosco.

As enchentes, enxurradas e deslizamentos que assistimos cada vez com mais frequência são os rios se levantando em revolta - sentimento de quem já não atura mais ser parado, barrado, represado, envenenado, interrompido dessa forma - é a natureza se manifestando.

Mas a água não é apenas deslocamento. Ela é espírito, é parente, é presença viva. O rio não é um cenário. Ele sente. Ele canta, ele chora, ele se revolta e se acalma. No Vale do Jequitinhonha, isso nunca deixou de ser verdade. O rio é personagem, não apenas paisagem. Está nos poemas, nas músicas, nos espetáculos de teatro, nos versos que o nomeiam como corpo, voz, saudade.

O Rio Jequitinhonha não é apenas um curso d'água. É nossa família. É um ente querido.

Na guerra contemporânea por água no Vale do Jequitinhonha, a eucaliptocultura extensiva tem intensificado ainda mais a crise hídrica da região. Enquanto a população enfrenta escassez, empresas de mineração possuem licenças para extrair milhões de litros d'água diariamente, comprometendo a sobrevivência de comunidades inteiras. A água que poderia saciar a sede de um povo é desviada para o lucro, deixando um rastro de destruição e desespero.

A interdependência entre os rios e a vida humana é inegável. As forças que tentam destruir as águas ignoram que o próprio sustento das pessoas depende delas. Cuidar dos rios é semear nuvens, é plantar a chuva e a continuidade dos povos.

Se queremos existir com a natureza por mais tempo, precisamos ensinar os adultos a não derrubar as árvores. Mas, se queremos viver em harmonia com a terra para sempre, devemos ensinar as crianças a plantar as chuvas.

**Djalma Ramalho Gonçalves
(Aranã Caboclo)³**

Cofundador do Instituto Janelas do Jequitinhonha



OBSERVATÓRIO DE
CLIMA E CULTURA DO
VALE DO JEQUITINHONHA

³ Cofundador do Instituto Janelas do Jequitinhonha. Multiartista e comunicador popular. Formado pela Faculdade de Letras da UFMG em 2023. Mestrando em Letras - Plurilinguismo, Políticas Linguísticas e Educação - na UFMG e está guiando o processo de revitalização da língua Aranã Caboclo junto ao seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos no Brasil - Sumário Executivo / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. -- Brasília: ANA, 2024. 16 p

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília.

BRASIL. [Lei de Recursos Hídricos, nº 9433/1997]. Prevê a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil, 1997. Brasília.

BRASIL. [Lei Federal nº 14.026]. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, 2022. Brasília.

BRASIL. [Lei 11.445/2007)]. estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, 2007. Brasília.

FERREIRA, J. G. [et al] Água porque te quero: estudo da qualidade da água das cisternas de Acupe. Santo Amaro - Ba, 2024.

FOGAÇA, Sérgio. Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória / Evanize Sydow, Sérgio Fogaça - 1. ed. - São Paulo: Nota Musical Comunicação, 2017 364 p.

GUIMARÃES ROSA, J. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/1cd893a10b3cabf31fc31e994531632f.pdf

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH / ---- Belo Horizonte: IGAM, 2011.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br> gov.br). Acesso em: 20/10/2024.

MINAS GERAIS. [Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG Nº 8/2022]. Minas Gerais, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual. Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

Observatório nacional dos direitos à água e ao saneamento - ONDAS site. Acesso em: <https://ondasbrasil.org/desigualdade-no-acesso-ao-saneamento-entre-negros-e-brancos-e-realidade-no-brasil/20/08/2024>.

PIROLI, E. L. Água e bacias hidrográficas: planejamento, gestão e manejo para enfrentamento das crises hídricas. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

RIBEIRO em, G. FM. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Ambient soc [Internet]. 2003;5(2):129-46. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200008>

SALGADO, Ariane Alfonso Azambuja de Oliveira. Oralidade e visualidade nos planejamentos de educadores: um estudo sobre criação a partir dos arquivos de práticas educativas de museus e centros culturais de arte. f 292. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SITE. Cabaça, Cultivo a arte. Disponível em: CABAÇA, CULTIVO A ARTE | Sítio & Artes (wordpress.com). Acesso em: 20/10/2024.

VALE DO JEQUITINHONHA. Sobre o Vale do Jequitinhonha - Polo Jequitinhonha (ufmg.br). Disponível em: [http://Sobre o Vale do Jequitinhonha - Polo Jequitinhonha \(ufmg.br\)](http://Sobre%20o%20Vale%20do%20Jequitinhonha%20-%20Polo%20Jequitinhonha%20(ufmg.br))

Ficha técnica

TEXTO

Joelma Gomes Ferreira

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Puri (@estudio.puri) | Camila Araújo, Luana Lisboa, Giovanna Lisboa e Jana Coimbra | DIAGRAMAÇÃO Estúdio Puri (@estudio.puri) | Luana Lisboa | ILUSTRAÇÕES Estúdio Puri (@estudio.puri) | Samarah Wippel Selski

FOTOS

Lori Figueiró

REVISÃO TÉCNICA

Gabriel Abade

REVISÃO GERAL

Junior Aleixo

Taynara Gomes

Thaynara Fernandes

Danila de Jesus

REVISÃO

Renata Assumpção

COORDENAÇÃO

Andréia Coutinho Louback, Taynara Gomes e Junior Aleixo

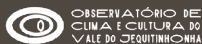
APOIO INSTITUCIONAL

instituto
ITAÚSA



**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

PARCERIAS



*Sim, as águas
têm lugares.*

*A Água é Terra Onde Tudo
O que se Planta Nasce.*